

Escândalo político à brasileira: as polarizações na CPI da *Última Hora*¹

Clara Bezerril Câmara²

Resumo

Neste artigo, analisamos a cobertura jornalística da CPI da *Última Hora*, ocorrida em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). O objetivo é observar como o jornalismo, que estava consolidando seu ideal de apresentar-se como objetivo, introduzindo técnicas e métodos de pretensa neutralidade, lidou com uma política conturbada e marcada pelo escândalo. As sistematizações feitas aqui partem dos pressupostos da análise crítica de narrativas (MOTTA, 2013), levando-se em consideração 282 edições, juntando as edições da *Tribuna da Imprensa* e as do *Última Hora*.

Palavras-chave: Jornalismo. Escândalo político. Análise narrativa.

Brazilian political scandal: polarizations in *Última Hora*'s CPI

Abstract

In this article, we analyze the journalistic coverage of the *Última Hora*'s CPI, which took place in 1953, during the second government of Getúlio Vargas (1951-1954). The objective is to observe how journalism, which was consolidating its ideal of presenting itself as an objective, introducing techniques and methods of alleged neutrality, dealt with a troubled policy marked by scandal. The systematizations made here are based on the assumptions of critical analysis of narratives (MOTTA, 2013), taking into account 282 editions, joining the editions of *Tribuna da Imprensa* and *Última Hora* newspapers.

Keywords: Journalism. Political scandal. Narrative analysis.

¹ As considerações contidas neste artigo fazem parte da tese da autora, intitulada 'A" mentalidade escândalo": uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro'. A tese, defendida em 2019, no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), recebeu Menção Honrosa no Prêmio Adelmo Genro de pesquisa em Jornalismo, em 2020.

² Jornalista, Mestre (UEPB) e Doutora (UFF) em Comunicação. Professora visitante no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA).

Introdução

Neste artigo, analisamos a cobertura jornalística de um episódio reconhecido como escândalo político, ocorrido no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). O referido escândalo é a *CPI da Última Hora*, que se desdobrou em 1953. Nossa intenção é observar como o jornalismo, que estava consolidando seu ideal de apresentar-se como objetivo, introduzindo técnicas e métodos de pretensa neutralidade, lidou com uma política conturbada e marcada pelo escândalo. E como, ao mesmo tempo, passou a incorporar as formas narrativas do que iria considerar escândalo político em sua cultura profissional em mutação.

Guia-se a análise à luz dessas transformações, através de dois jornais cariocas que repercutiram a *CPI da Última Hora* e foram, eles próprios e seus donos, protagonistas desse episódio: *Última Hora* e *A Tribuna da Imprensa*. Além disso, vale salientar, esses dois periódicos também são associados à reforma do jornalismo brasileiro, que foi iniciada no Rio de Janeiro (GOULART RIBEIRO, 2003).

Em um primeiro momento, trazemos breve um contexto sobre a *CPI da Última Hora* e seus principais personagens. Na sequência, apresentamos algumas reflexões que nos auxiliam a compreender o porquê de a CPI ser considerada um escândalo político, com base nas indicações de Thompson (2002). Por fim, elaboramos uma análise das polarizações que se apresentam nas narrativas da CPI explicitadas nos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, relacionando-as com a ideia de escândalo político – e sua utilidade – que persiste até hoje.

Contexto: o que foi a CPI da Última Hora

A *CPI da Última Hora* diz respeito ao inquérito iniciado em julho de 1953, que tinha como principal alvo o dono do jornal *Última Hora*, Samuel Wainer. Nesta trama, Wainer estava sendo acusado de receber, do Banco do Brasil, favorecimentos financeiros para a abertura, consolidação e expansão de seu periódico.

A circulação da *Última Hora* foi iniciada ainda em 1951 e, desde essa época, foi duramente criticada por Carlos Lacerda e acusada, não apenas por este, mas entre os antigetulistas da época, de ser um jornal que servia apenas de propaganda para os

interesses de Getúlio Vargas. Essa publicidade favorável seria de importância singular para Vargas, que estava articulando seu retorno à presidência.

Quando o *Última Hora* começou a circular, o jornal de Lacerda, o *Tribuna da Imprensa*, não poupou críticas a sua subserviência a Getúlio e, na sequência, ao governo getulista. Também, o *Tribuna da Imprensa* sempre apontou o *Última Hora* como um veículo privilegiado pelo governo. Esses privilégios vieram, em grande medida, como um ciclo de acontecimentos que se retroalimentaram e renderam frutos instantâneos para Wainer. Como um grande efeito dominó, o incentivo financeiro recebido por ele em uma ponta fez com que, no final da disposição de peças, estivesse o prestígio de dirigir um dos maiores jornais do Rio de Janeiro e, à época, do Brasil.

Seguindo o ciclo de benesses usufruído por Wainer, por consequência da generosidade com que o Banco do Brasil tratou seu negócio, estruturalmente, o *Última Hora* começou como um dos jornais mais modernos do país. Tinha também as melhores condições para contratar os escritores e jornalistas mais destacados; e, lembra-se aqui, a profissionalização dessas posições estava ainda engatinhando no país (DINIZ, 2011). Saindo na frente em tiragem, estrutura e qualidade, o *Última Hora* era realmente um jornal lido. Procurado por muitos, destacou-se também como um produto capaz de oferecer retorno aos investidores, um jornal em que as verbas de publicidade chegavam com facilidade (GOULART RIBEIRO, 2002). Assim, do início ao fim, Wainer obteve todas as possibilidades de prosperar.

Fora desse ambiente próspero estava Carlos Lacerda, figura que amargou por anos a expulsão não apenas do PCB, mas também dos ciclos à esquerda que frequentava, profissional e pessoalmente (MENDONÇA, 2008). Lacerda, então, esgueirou-se para os setores mais conservadores da sociedade, embora não apenas pela falta de oportunidades que estava vivenciando entre o final dos anos de 1930 e toda a década de 1940, mas também movido pelo incômodo – e alguns chamam de rancor (DE ABREU, LATTMAN-WELTMAN, 1994) – que passou a nutrir contra Wainer, a possibilidade de ter Getúlio Vargas como presidente e os ideais comunistas que rondavam, mesmo que artificialmente, esses personagens e seus círculos.

Além disso, Carlos Lacerda amargava também o fracasso, ao menos comercial, de seu próprio jornal. Longe de obter os números praticados pelo *Última Hora*, a sua *Tribuna da Imprensa* era um fracasso editorial (BARBOSA, 2007). Última em tiragem, com pouca verba publicitária e pouco lido, o *Tribuna da Imprensa* era um jornal voltado para um

seleto grupo de intelectuais que compartilhavam as suas ideias e ideais (DE ABREU, LATTMAN-WELMAN, 1994). Diante disso, não é muito difícil calcular quais investidas Lacerda faria para minar, duplamente, Wainer e Vargas.

Em 1953, quando a CPI foi iniciada, as acusações oficiais eram *dumping*, concorrência desleal e o favoritismo oficial. Entre as primeiras denúncias, devidamente veiculadas na *Tribuna da Imprensa*, no final de maio daquele ano, até a abertura do inquérito, passou-se pouco mais de um mês.

Em julho de 1953, em um pronunciamento feito na televisão, Lacerda deu o que foi considerado seu maior golpe: acusou Samuel Wainer de não ser brasileiro e ter mentido a respeito de sua nacionalidade. A gravidade da situação se dá porque a Constituição Brasileira não dava direito a um estrangeiro ser proprietário de uma empresa jornalística. Alegando ter sido uma informação repassada por meio de uma denúncia anônima, Lacerda tentava sepultar de vez a onda de prosperidade de seu outrora amigo. No entanto, argumenta-se que esse tipo de informação já era de conhecimento de Lacerda, justamente por ter convivido por um longo período com Wainer e seus familiares (MENDONÇA, 2008).

Foram meses de denúncias de Lacerda, tentativas de explicações por parte de Wainer e dois jornais completamente voltados ao serviço dessa pauta. Ao fim, em novembro de 1953, a CPI concluiu que o Banco do Brasil beneficiou, sim, Wainer e sua empresa. O presidente Vargas, no entanto, saiu inocentado, pois não se conseguiu conectá-lo a qualquer tipo de transação de interferência nesses beneficiamentos. A estabilidade de seu governo, porém, não saiu intacta.

Enfrentando os ataques de Lacerda desde antes de retornar à presidência, Vargas ainda viveria para vê-lo emplacar outras acusações. A possibilidade de seu *impeachment* foi evitada em 1953, mas essa chama ainda se manteria por um tempo, deixando-o permanentemente em estado de alerta e ciente de que, ao seu redor, os eventos não lhe favoreciam.

Não sem razão, quase um ano após o início das acusações que geraram a CPI do *Última Hora*, Vargas se encontrava no meio de outro turbilhão de acusações, essas além da corrupção, que envolvia o chefe de sua guarda pessoal como possível mandatário de um atentado à vida de Lacerda, no que ficou conhecido como o Atentado da rua Tonelero. Mais uma vez, Vargas não seria conectado diretamente, mas, dessa vez, reconhecia o que agora parece óbvio, “tenho a impressão de me encontrar sob um mar de lama”, teria

dito a João Adil de Oliveira, responsável pela investigação policial-militar do atentado. E, realmente, estava. Apenas 19 dias depois do atentado, Vargas foi encontrado morto com um tiro no peito no Palácio do Catete.

A instabilidade que permeou todo esse percurso é que nos interessa particularmente. O protagonismo das narrativas jornalísticas, em relação ao primeiro episódio, foi um dos pontos cruciais para a sua escolha nesta análise, já antecipamos. Além disso, há o fato de se tratar de denúncias de corrupção que se tornaram reconhecidas como um escândalo para a época, sendo veiculadas como tal nos jornais. Para tratar disso, apresentado o contexto de análise, torna-se necessário compreender o que fez da CPI da *Última Hora* um escândalo, nos termos adotados por Thompson (2002), e que adaptamos à realidade brasileira e aos propósitos deste trabalho.

O que faz da CPI da *Última Hora* um escândalo político

Tomando como base de argumentação a sistematização proposta por Thompson (2002, p. 102), de que os escândalos midiáticos são um tipo de acontecimento que se constitui por formas midiáticas de comunicação, temos na CPI da *Última Hora* um exemplo de escândalo político midiático. “Político”, pelo teor das discussões que suscita e também pelos personagens envolvidos. “Midiático”, pelos atravessamentos de formas midiáticas em toda a sua extensão – desde sua formação até o seu fim.

Para reforçar esse entendimento, propõe-se, inicialmente, organizar seus acontecimentos de acordo com a seguinte sequência estrutural dos escândalos políticos, também proposta por Thompson: 1) pré-escândalo; 2) escândalo propriamente dito; 3) clímax; 4) consequências. Essas fases, de acordo com o autor, não são necessariamente fixas. Elas não precisam acontecer da mesma maneira ou sempre para validar a existência de um escândalo. No entanto, em grande parte dos escândalos midiáticos é possível identificar essa estrutura.

1) Pré-escândalo: um escândalo midiático começa com a revelação e/ou com a alegação da transgressão – e não com a própria transgressão.

Nesta fase, chamada de “pré-escândalo”, podem ser iniciadas investigações ou inquéritos, a partir da iniciativa de jornalistas, policiais ou outros. No caso da CPI da

Última Hora, isso ocorreu em 3 de junho de 1953, quando foi instaurada na Câmara de Deputados oficialmente a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela resolução nº313/1953 (CONGRESSO NACIONAL, 1953).

À época, a principal questão era que o favorecimento do *Última Hora* poderia implicar em abertura de precedentes, fazendo com que outros veículos de comunicação fossem beneficiados com verbas do governo. Havia um receio compartilhado pelos donos de jornais que não se beneficiaram de que essa possibilidade causasse uma crescente dependência do governo. Como consequência, os jornais perderiam em independência. A defesa dessa independência já se atrela aos ideais da cultura profissional que passaria a predominar (CÂMARA, 2019).).

2) *O escândalo propriamente dito: começa com a divulgação pública de uma ação ou acontecimento, o que faz com que se inicie o processo de afirmações e contra-afirmações que é a base do escândalo midiático.*

É nessa fase que o escândalo é propriamente apresentado na mídia, estimulando-a perseguir os desdobramentos do evento. “Os meios de comunicação operam como um esquema referencial, concentrando a atenção em um indivíduo ou em uma suposta atividade e não deixando que o processo pare” (THOMPSON, 2002, p. 104-105).

Na CPI da *Última Hora*, o momento que ilustra essa fase é a acusação de que o Banco do Brasil teria concedido um empréstimo no valor de \$250 milhões de cruzeiros ao jornal *Última Hora*. “Para erguer e dar vida a êsse monstro de depravação e de sufocação da imprensa, que é ‘*Última Hora*’, com suas ramificações, o Banco do Brasil gastou, por várias formas, 250 milhões”, dizia o *Tribuna da Imprensa* de 1º de julho. Nesse tom, Lacerda foi o promotor, divulgador e marcador de ritmo do debate que se estendeu pelos próximos meses no seu jornal. Além do acompanhamento diário do que acontecia na CPI, trazendo as sessões de questionamentos, o *Tribuna da Imprensa* também veiculava diariamente cartas de leitores que apoiavam o posicionamento do jornal e de seu dono em relação ao escândalo.

Por meses, os desdobramentos jurídicos foram apresentados, as possibilidades de acusação foram maturadas diariamente, especulativamente. Lacerda tomava o espaço para isso não apenas em seu jornal, mas também na TV-Tupi e na Rádio O Globo, com a

anuência e apoio de seus proprietários, igualmente relacionados com a elite política e econômica da época (CÂMARA, 2019).

3) *O clímax, ou desenlace: constitui a terceira fase do escândalo midiático. Fase em que o escândalo chega a um ponto crítico, com novas divulgações e especulações que têm pretensão de aumentar a pressão sobre os que se encontram no centro do imbróglio.*

De acordo com Thompson (2002, p. 105), é neste momento que se pode haver “uma confissão da culpa, uma renúncia, uma demissão e/ou à instauração de um processo criminal, mas pode também resultar no desaparecimento das acusações contra o(s) indivíduo(s) em questão e à dissipação do escândalo”. A CPI da *Última Hora* atingiu essa fase quando veio à tona a questão da nacionalidade de Wainer.

No dia 15 de julho de 1953, Lacerda colocou na primeira página de seu jornal um quadro onde se lia o artigo 160 da Constituição Federal, que seria a responsável por impedir legalmente que um estrangeiro se tornasse dono de um veículo de comunicação no país. Na mesma primeira página que o quadro havia também a escandalosa manchete: “Wainer não é brasileiro”. Curiosamente, essa era uma cartada que Lacerda esperou para usar³. Considerando que, em caso de Wainer ser de fato estrangeiro, a relação de benefício do Banco do Brasil repassado sem critério para um dono de jornal ganharia outros contornos.

Ou seja, essa não seria apenas uma contravenção moralmente condenável – e cujas bases de punição estariam intimamente ligadas ao julgamento da opinião pública –, seria uma transgressão objetiva, prevista na Constituição. De acordo com o artigo 160 da Constituição de 1946, em vigor na época:

Art. 160 - *É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros.* (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1946, grifos nossos).

Esse quadro não só mostrava qual era a exata lei que Wainer estava infringindo ao ser de outra nacionalidade e ser dono de um jornal no Brasil, ele também mostrava que

³ Referimo-nos a um comentário de Mendonça (2008, online): “Todavia, existem indícios de que há muito Lacerda sabia da questão em torno da nacionalidade do proprietário da *Última Hora*. Na realidade, ele conhecia intimamente a família Wainer, de cuja residência fora assíduo frequentador na juventude. Dessa forma, ali ouvira, certa vez, uma indiscrição da mãe de Samuel que, durante um almoço, inadvertidamente revelara ter o filho nascido na Bessarábia”.

havia motivos legais para se entrar em um embate direto com um cidadão e que, neste embate, valeria tudo. Todas as ofensas, as exposições e as suposições ficam resguardadas ao poder da lei. Pode-se não acreditar que Wainer não é brasileiro, mas, ao acreditar, é preciso se submeter à força moral imposta pela lei: ficar contra ela significa que se é tão infrator quanto aquele que se acusa de contraventor, ou, pelo menos, que não compartilha da noção de decência em vigor⁴.

4) *Consequências: a última fase do escândalo é a das consequências. É neste momento em que o escândalo esfria.*

É nesse momento que podem começar a aparecer reflexões sobre o acontecido, um balanço geral de ônus e bônus trazidos pelo escândalo e pelas discussões que eles acarretaram. Em muitos casos, essas reflexões são feitas por jornalistas, políticos e até envolvidos diretos no escândalo, que podem estar em busca de algum tipo de retorno lucrativo com as “memórias do escândalo” (THOMPSON, 2002).

Na CPI esse momento surge ao fim de setembro de 1953, após a sequência de denúncias e especulações em torno da nacionalidade de Wainer. Na *Tribuna da Imprensa*, no dia 1º de outubro, a chamada na capa em nada lembrava o frenesi monotemático dos meses anteriores: “Um comunista para chefe de polícia”, dizia o jornal, sobre a nomeação do coronel Gashipo Chagas Ferreira, militante do Partido Comunista, para o cargo de Chefia de Polícia. A trama da *Última Hora* passaria a ser colocada em segundo plano, com pequenas chamadas na capa.

Indícios de polarizações na mentalidade escândalo da década de 1950

A sistematização proposta por Thompson (2002) é capaz de auxiliar em uma primeira aproximação com o *corpus* – lançando as bases para pensar sobre as

⁴ Para além da questão de Wainer ser estrangeiro ou não, Lacerda utilizou esse recurso da balança moral em diferentes episódios, inclusive em relação ao governo. Destacamos um exemplo a seguir: “[...] Admitimos que deseje dar um ponto final na maior bandalheira já registrada na história do Brasil, **pois não seria justo crer que o Sr. Getúlio Vargas se antepusesse à ânsia geral de moralidade, decência e decôro.** Fechando ‘Última Hora’, como se diz e se espera, o govêrno terá dado a providência definitiva” (SE NÃO É CÚMPLICE..., 1953, p. 1, grifos nossos)

discussões que são mobilizadas nessas narrativas. Porém, a estrutura de sentidos que o jornalismo proporciona ao acionar essas narrativas ditas escandalosas não se mostra totalmente. Para isso, é preciso acionar a ideia de mentalidade escândalo (CÂMARA, 2019) e seus elementos.

Em um primeiro esforço nesse sentido, apontamos alguns indícios de polarizações na CPI da *Última Hora* e do início do que teria sido o “mar de lama de Vargas”. As sistematizações feitas aqui fazem parte de uma pesquisa mais ampla, que buscou compreender as diretrizes narrativas dos escândalos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no jornal *O Globo*, entre os anos de 2003 e 2016.

Neste artigo, no entanto, foca-se em uma parte preliminar desta análise, que observou o desenvolvimento de um escândalo na década de 1950, período em que o jornalismo brasileiro passaria a ser reconhecido como um “gênero de estabelecimento de verdades” (RIBEIRO, 2003, p. 148). Para tal observação, partiu-se dos pressupostos da Análise Crítica de Narrativas (MOTTA, 2013), levando em consideração edições dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* que traziam em suas capas menções ao escândalo. No total, foram 282 edições selecionadas preliminarmente, somando as edições da *Tribuna da Imprensa* e as do *Última Hora*.

Da *Tribuna da Imprensa*, foram analisadas 137 edições, entre 1º de julho e 13 de dezembro de 1953. Já do jornal *Última Hora*, foram um total de 145 edições, entre 3 de junho e 21 de novembro do mesmo ano. Inicialmente, observou-se as capas das edições e, quando nelas houve menções à CPI, seguiu-se para as matérias no interior dos jornais. Portanto, as matérias relacionadas ao escândalo que não tinham manchetes correspondentes na capa não foram consideradas. Nessas edições, buscou-se por padrões na maneira de narrar o dito escândalo. São esses padrões descritos adiante, sob a ideia de indícios de polarizações (personalista/partidária e democrática/autoritária)⁵.

⁵ Como mencionado, este artigo faz parte das considerações da tese da autora, intitulada “A mentalidade escândalo”: uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro, defendida em 2019, no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Essas polarizações, cujos indícios são encontrados na cobertura da CPI da *Última Hora*, são desenvolvidas e aprofundadas no contexto dos escândalos dos governos do PT. Argumenta-se que, a essas duas polarizações, na cobertura do *O Globo* aos escândalos do PT, outras duas polarizações também podem ser identificadas: legal/informal e a fantástico/ordinária. (Cf. CÂMARA, 2019).

Ainda sobre o material observado, para chegarmos à CPI, utilizamos também uma edição especial do *O Globo* como referência. Essa edição foi lançada um pouco mais de um mês após a morte de Getúlio Vargas, no dia 26 de setembro de 1954, e colocou o caso da CPI novamente os jornais.

Com tiragem de 1 milhão de cópias, o periódico colocou em circulação o que chamou de “Livro Negro da Corrupção”. Com 32 páginas, o livro faz um levantamento a respeito dos motivos que levaram à triste derrocada do ex-presidente Vargas; do envolvimento com figuras taxadas como inescrupulosas, passando por um detalhamento sobre favorecimentos em seu governo e chegando ao atentado a Carlos Lacerda, cujo principal suspeito era um agente de sua guarda pessoal.

Levou-se em consideração, então, a CPI como escândalo prioritário de observação, já que este não tinha sido interrompido – e alterado – por uma tragédia. Em tempo, por fim, esclarece-se que essa edição especial de *O Globo*⁶ foi escolhida como guia pela iniciativa de organizar os malfeitos de um período, reunindo os momentos-chave (ZELIZER, 1993) que o jornalismo da época indicava como importantes de serem lembrados. E, assim fazendo, reforçando uma maneira específica de enxergar, julgar e lembrar determinados eventos – ou seja, estabelecendo uma mentalidade (escândalo) para tratá-los.

1) *Indícios de uma polarização entre pessoa e partido (personalista/partidária)*

Partindo desse contexto e pensando nos termos da análise aqui proposta, observa-se que as narrativas escandalosas da época ainda não incluem os partidos de forma efetiva. Na *Tribuna da Imprensa*, quando Vargas é minimamente comprometido, seu partido, o PTB, não surge como uma relação usual. Em grande parte das matérias, a referência que se faz ao PTB é pontual, assim como as menções a partidos que faziam parte da base aliada do governo. Exemplo disso acontece nas referências aos deputados federais que estavam à frente da investigação da CPI, como destacados a seguir:

⁶ Não foi utilizada a cobertura do jornal *O Globo* na observação da própria CPI por entendermos que, nesse caso, a batalha entre os periódicos *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* consistia em um elemento fundamental desse escândalo.

O deputado Eurico Sales, recém-chegado à comissão parlamentar de inquérito sobre a *Última Hora*, apresentou em reunião de ontem sugestão de todo inconveniente. Logo depois surgiu na Comissão, pela primeira vez, de visita, o líder do governo, deputado Capanema. A sugestão era a seguinte: os deputados não pertencentes à comissão só teriam direito a fazer perguntas às testemunhas por escrito. Isto, depois do êxito dos quesitos dos srs. Baleeiro e Falcão, que tão bem completaram o desmascaramento de Wainer, iniciado por membros da Comissão (MANOBRA..., 3 de julho de 1953, p.1).

O líder da maioria, deputado Gustavo Capanema, está sabotando o inquérito da "*Última Hora*", na Câmara. Falta assim o cumprimento da palavra solenemente empenhada no sentido de votar o projeto no princípio deste mês. Êste compromisso foi assumido perante o líder da minoria, deputado Afonso Arinos, e o líder da campanha da "*Última Hora*", deputado Armando Falcão. Ambos acreditaram na palavra do líder do governo (OUTRA VEZ..., 10 de dezembro 1953, p.1)

Esta seria uma abordagem natural, quando se pensa que o maior implicado no escândalo, Samuel Wainer, não exercia nenhum cargo político. No entanto, a referência direta ao partido não é feita nem mesmo quando se relaciona aos deputados federais, ou mesmo ao presidente da República. Mesmo na *Última Hora*, que ao longo do escândalo focou seus esforços em colocar Assis Chateaubriand no centro do debate, algo semelhante acontece. Chateaubriand foi senador entre 1952 e 1955 (PSD/PB) e entre 1955 e 1957 (PSD/MA).

A maior parte dos trabalhos de ontem foi gasta na discussão acêrca dos caminhos que podem ser utilizados para a convocação do Sr. Assis Chateaubriand. Diante da condição de senador do dono dos "Diários Associados", a comissão está inclinada, na sua maioria, a endereçar um pedido à Mesa da Câmara, a fim de que esta oficie a Mesa do Senado, convocando o Sr. Assis Chateaubriand para depor (REQUERIDA AO SENADO..., 21 de novembro de 1953, p.3).

Em relação às narrativas escandalosas, ainda não estava disseminado o uso da referência ao partido cada vez que um político é mencionado em uma matéria, intui-se. Mas essa relação não é feita nem ao longo da matéria. Não são colocadas em perspectiva a vinculação partidária em relação às ações realizadas, boas ou ruins. Isso tudo, ressalta-se, dentro do contexto da CPI da *Última Hora*. Quando as matérias se referem aos trâmites políticos que não estão relacionados ao escândalo, há referência ao partido normalmente.

Nesse sentido, é coerente apontar que há indícios para se pensar no personalismo como uma forma narrativa recorrente nas narrativas do escândalo da CPI da *Última Hora*.

O personalismo como forma está ligado a uma compreensão estrutural da política, em que não apenas o presidente se encontra no topo dessa estrutura, mas também que as relações entre pessoas parecem prevalecer sobre as relações entre partidos ou ideologia. A disputa – política e simbólica – em jogo à época poderia ser resumida entre varguistas e anti-varguistas, personalizadas no escândalo no embate entre Wainer e Lacerda.

Nesse contexto, observou-se que uma das principais questões que envolvem as narrativas escandalosas de 1953, no que concerne à forma, é: onde está o presidente e o que a sua presença/ausência nos diz? Inicialmente, o que se percebe é que há uma presença silenciosa de Vargas. Diz-se presença silenciosa porque ele é citado algumas poucas vezes diretamente, sendo relacionado ao caso *Última Hora*. No entanto, há sempre uma menção velada a seu nome, que remete às próprias bases do escândalo: todo o imbróglio só aconteceu porque Vargas precisava de expresso apoio midiático.

Esses indícios apontam para a interpretação de que havia uma intenção de vincular Vargas ao escândalo da *Última Hora* como uma maneira de minar seu governo, de tornar o *impeachment* uma saída viável e necessária. Mas essa vinculação não foi explícita. Por vezes, Vargas era mencionado apenas como alguém próximo a um participante da CPI. Em outras palavras, não há ação que lhe vincule, mas ele é um espectro que circunda todas as ações. Ele é o “governo”, a maior das abstrações políticas, embora ainda bastante palpável. Mais uma vez, nas narrativas da *Tribuna da Imprensa*:

Wainer tem um último recurso e pretende usá-lo como derradeira arma: envolver os srs. Euvaldo Lodi, Francisco Mattarazzo, Lourival Fontes, Lutero Vargas e até o próprio presidente da República. Para ver se escapa, procurará salvar-se pelo pânico político que as suas acusações contra essas pessoas provocaria, obrigando-as a correr em seu socorro (OU WAINER DIZ..., 4-5 de julho de 1953, p. 2).

A responsabilidade de Vargas, no entanto, era indireta. Especulava-se o quanto ele sabia a respeito do caráter do então presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, por exemplo. Na *Tribuna da Imprensa*, o nome de Vargas foi suscitado em três tipos de situações: 1) no início do escândalo, quando acusou-se Wainer de tentar se beneficiar de sua proximidade com o presidente para fugir das consequências da CPI; 2) no meio da CPI, quando as narrativas no jornal se voltaram para discutir se o presidente iria se pronunciar, e agir, diante das descobertas da CPI; 3) ao final, quando se discutiu se ele

tinha conhecimento sobre o caráter duvidoso de Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, já que ele vinha de longa relação com Vargas.

As conclusões da comissão parlamentar de inquérito da “Última Hora” revelam um caso em que se procurou usar do poder econômico do Estado como elemento de pressão sobre a imprensa livre” – declarou na Câmara o deputado Herbert Levy, que disse também não ter a menor dúvida sobre a responsabilidade do senhor Getúlio Vargas (CONDENADO..., 12-13 de dezembro de 1953, p.3).

Diante desses indícios, poderíamos resumir que a mentalidade escândalo, na década de 1950, se apropria de uma forma de julgar que é própria da visão personalista que se tem da política. Essa visão, nos estudos de jornalismo, especificamente, tem sido discutida a partir da pouca contribuição que tende a dar ao debate político. Focada nas pessoas, nos personagens políticos mais do que em ideias, diz-se (RUBIM, 2002; MIGUEL, 2008), o personalismo teria pouco a acrescentar ao enfrentamento dos problemas, proposição de novos caminhos e soluções de crises. O pensamento no coletivo é eclipsado por questões tidas como menores, tais como intrigas pessoais.

37

2) Indícios de uma polarização entre democracia e uma realidade política autoritária (democrática/autoritária)

Falar sobre a modernização do jornalismo brasileiro, olhando para o escândalo da CPI da *Última Hora*, é quase uma armadilha. Primeiro porque, ao reconhecer o caráter difuso desse processo de transformação do jornalismo, reconhece-se que ele pode não estar presente de forma efetiva no período analisado, em 1953, quando comparado às coberturas sobre escândalos políticos atuais. Ao menos não com a força que se espera. Segundo porque a própria ideia de “modernização” evoca problematizações que precisam ser encaradas, como exposto por Barbosa (2007) e Ribeiro (2003).

O interessante de ser destacado, no entanto, é como a representação de um escândalo político, à época, pode ser incorporado ao entendimento desse processo de modernização. O escândalo, exemplificado aqui pela CPI, pode ser compreendido como um dos elementos que fizeram parte do gradual processo de mudança do jornalismo. Isso, admitindo-se que esse processo, de fato, marca uma alteração na maneira como o jornalismo brasileiro passou a ser feito – estilisticamente falando – e a demonstrar os seus compromissos sociais e políticos.

É de se destacar também, nesse contexto, as negociações que são impressas nesse momento em relação à defesa da democracia. Afinal, esse elemento estaria presente em todos os outros escândalos. Escancarando uma utilidade, ressaltamos.

Ademais, o autoritarismo jornalístico é outro traço importante. As narrativas jornalísticas apresentam essa característica de normatizar, de cima para baixo, a estrutura social. Com o que a mentalidade propõe como escândalos não seria diferente. Pois, junto a essas narrativas está a moralização das ações, que atua como um guia para o autoritarismo. Esta, obviamente, não é a única guia, mas é a que mais se evidencia nas narrativas escandalosas.

Tendo isso em vista, a questão que se torna sensível aqui é demonstrar que, no escândalo de 1953, na CPI da *Última Hora*, já é possível identificar indícios do que, anos depois, se tornaria uma das principais convenções do jornalismo brasileiro e sua mentalidade escândalo, que é a forma narrativa que preconiza que o exercício jornalístico está preocupado com a manutenção da democracia.

Assim, em 9 de julho de 1953, lê-se em uma das cartas que, comentamos anteriormente, eram trazidas diariamente pelo *Tribuna da Imprensa*, para corroborar seu posicionamento combativo: “quero trazer os meus aplausos ao destemido jornalista que combate o bom combate em guerra contra o suborno e a corrupção daqueles que desviaram a verdadeira finalidade da imprensa” (APOIO DE..., 9 de julho de 1953, p. 2). Já em outra manifestação de apoio, dessa vez vinda da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o jornal destaca a fala de Aníbal Espinheira, que parabeniza o jornalista Carlos Lacerda pela campanha e que espera ter, o quanto antes, “a democracia garantida por um dos seus grandes baluartes, que é, sem dúvida, uma imprensa livre e consciente” (MOVIMENTO, 5 de agosto de 1953, p. 3).

Em meio às denúncias e especulações diárias feitas por Carlos Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*, o jornal de Samuel Wainer tentou se proteger de duas maneiras principais. Ao mesmo tempo em que apresentava explicações para as acusações de seu adversário, buscava atingir os personagens principais que motivavam as narrativas escandalosas a seu respeito: todos os representantes da imprensa anti-varguista da época. Seu intuito era expor os diretores e proprietários dos jornais do Rio de Janeiro, sob a justificativa de que era preciso uma CPI que se investigasse as relações do Banco do Brasil com todos os veículos de mídia da época – e não apenas o *Última Hora*. A sua bandeira de luta, em prol da democracia, também estava relacionada ao pleno

funcionamento das instituições jornalísticas. Em uma matéria do dia 17 de julho, lê-se o seguinte:

Os diretores e proprietários de diversos jornais do Rio de Janeiro, em nota hoje divulgada, consideraram os debates surgidos em torno das investigações que vêm sendo procedidas para apurar as relações da imprensa falada e escrita com o Banco do Brasil⁷, como um fato que atenta contra a liberdade de imprensa (122 DEPUTADOS..., 17 de julho de 1953, p. 1).

Observa-se, portanto, que a questão da credibilidade jornalística e da necessidade do exercício jornalístico para a manutenção da democracia não aparece, nesse momento, formuladas da maneira como nos acostumamos a ver, hoje em dia. No entanto, a discussão sobre a moralidade dos atos já se encontra presente.

Em uma lógica pré-Watergate, todas as questões morais levantadas pelos meses em que a CPI se desenrolou foram destinadas a Wainer e ao próprio Banco do Brasil. Pela impossibilidade de conectar diretamente o presidente Vargas à série de desvirtuamentos do uso do dinheiro público, as denúncias veiculadas na *Tribuna da Imprensa* não poderiam desencadear um processo de *impeachment*.

O poder executivo, inclusive, só passa a se mostrar consistentemente nesse debate depois de algum tempo. Para a *Tribuna da Imprensa*, o presidente se manifesta porque foi incitado a isso pelas demandas feitas no próprio jornal. As decisões sobre o que escandaliza e até onde se pode ir ao expor ações contraventoras parecem estar sendo testadas.

O que é significativo de se perceber na observação de como a CPI da *Última Hora* foi constituída na imprensa é que o escândalo político é uma narrativa normatizadora que serve aos propósitos da época: consolidar o lugar privilegiado do jornalismo como narrador desses eventos; estabelecer formas narrativas polarizadas como elementos constitutivos do que o jornalismo estabelece como sendo o escândalo; e, ao fazê-lo, estabelece também as bases para a mentalidade escândalo que vai ser acionada a cada vez que uma série de eventos puder ser classificada como escandalosa.

⁷ Note-se que as menções da *Última Hora* à CPI são feitas com base na resolução nº314/1953, que investigava as relações de toda a imprensa, falada e escrita, com o Banco do Brasil nos últimos dez anos. Já na *Tribuna da Imprensa*, a referência é a resolução nº313/1953, que tratava especificamente da relação entre o grupo Érica, que detinha o jornal *Última Hora*, e o Banco do Brasil.

Considerações finais

E é no imbricamento desses contextos, o político-social e o de reestruturação do jornalismo – e de sua autopercepção – que se vislumbra que o ideal jornalístico “moderno” se associa com o desenvolvimento e consolidação das democracias liberais. Nesse entendimento, neste artigo, tratamos de como o jornalismo se coloca como uma peça fundamental para a manutenção da democracia, principalmente quando evoca e vê ser evocado o discurso da liberdade de imprensa para o pleno funcionamento democrático.

Tendo identificado as quatro fases do escândalo, de acordo com as bases propostas por Thompson (2002), e relacionado com o desenrolar da trama escandalosa da CPI da *Última Hora*, tentamos ressignificar o olhar sobre o próprio papel do escândalo, a fim de demonstrar que a perspectiva de mentalidade escândalo (CÂMARA, 2019) parece suportar mais as contradições dessas narrativas do que as prévias sistematizações que partem do pressuposto de um sentido natural.

Para Bird (1997, p. 101), “o primeiro passo para compreender o papel do escândalo é reconhecer que esse tipo de notícia está invariavelmente na forma de ‘estória’”. A autora afirma isso fazendo uma oposição ao que chama de “forma concisa”, que estaria relacionada à pirâmide invertida, à notícia na maneira como se habituou a conceber o jornalismo moderno. O lugar da “estória”, no jornalismo moderno, ao menos nos espaços reservados para as “notícias propriamente ditas”, estaria posto em segundo plano. Aos poucos, o ideal de notícia como forma “concisa” estaria disseminado e seguiu-iria parecer a opção mais segura.

O que se buscou explicitar, ao trazer essas abordagens em relação à cobertura de escândalos políticos, foi que o foco em se identificar uma utilidade para essas narrativas tem sido o ponto principal das análises sobre escândalos políticos. As fases dessas narrativas, sistematizadas por Thompson (2002) e descritas anteriormente, servem bem a esse propósito. Com fases previamente delimitadas, torna-se mais fácil propor uma compreensão de que essas narrativas podem aproximar ou afastar os cidadãos da experiência política, por exemplo, já que tendem a coincidir com um roteiro prévio do que se espera desses relatos.

E o que se espera, hoje, é que haja indícios para naturalizar a relação entre democracia e imprensa. Essa ideia de que o escândalo político serve para reforçar um papel a ser desempenhado pela imprensa – o que envolve também o sentido de almejar

desempenhar tanto quanto o de realmente fazê-lo – torna-se particularmente sensível nessa perspectiva.

Esse olhar utilitário é uma inscrição interessante conferida às narrativas de escândalos políticos. E se relaciona inteiramente com o ideal de viés “moderno” que o jornalismo trilhou – com sua marca intrinsecamente voltada para os mercados. Não há como se pensar em uma atividade, um comportamento, uma maneira de pensar que, não estando alinhada com a manutenção da estrutura capitalista, possa ter vida longa (CÂMARA; MELO, 2018). E é dessa forma que temos pensado os escândalos políticos. Mas essa também tem sido uma forma limitante, já que oferece uma utilidade a essas narrativas, mas não enxerga outras possibilidades para além disso.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil-1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.

BIRD, S. Elizabeth. What a story! Understanding the audience for scandal. **Media scandals: morality and desire in the popular culture marketplace**, p. 99-121, 1997.

CÂMARA, Clara Bezerril. **A “mentalidade escândalo”: uma análise das narrativas de malfeitos a partir das polarizações suscitadas pelo jornalismo brasileiro**. 2019. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CÂMARA, Clara BEZERRIL; MELO, Seane. Escândalo como narrativa útil: repensando a relação entre jornalismo e democracia. **Logos**, v. 25, n. 2, p. 166. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/37082/28303>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CONGRESSO NACIONAL. Estados Unidos do Brasil. Diário do Congresso Nacional. Quarta-feira, 3 de junho de 1953. Ano VIII, nº 105.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946. Disponível em: <<https://bit.ly/3T3bqDc>>. Acesso em: 2 de abr. 2017.

DE ABREU, Alzira Alves; LALTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. IN: GOMES, A. de C. (Org.) **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumaráz, 1994.

DINIZ, Lília. “Última Hora *Última Hora*, 60 anos”. **Observatório da Imprensa**. Edição 669. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/lt-i-gt-ultima-hora-lt-i-gt-60-anos/>>. Acesso em 3 de fev. de 2018.

GOULART RIBEIRO, Ana Paula. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950?. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, n. 08, 2002.

GOULART RIBEIRO, Ana Paula. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

MENDONÇA, Maria Gusmão de. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica, Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 31, p. 1-22, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/311YXTP>>. Acesso em 10 abr. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, v. 10, n. 19, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Das visibilidades das eleições de 2002: uma reflexão acerca dos enlaces entre política, mídia e cultura. **Comunicação&política**, n.s., v.IX, n.3, p. 191-065. 2002.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Media Communication**, v. 10, n. 3, p. 219-237, 1993.

Jornais citados

122 DEPUTADOS desejam que se apure tãda a verdade sãbre a imprensa. Última Hora. **Última Hora**, Rio de Janeiro, ano III, n. 642, p.1, 17 de julho de 1953.

APOIO DE todo o país à campanha contra a “Última Hora. **Última Hora**”. Tribuna da Imprensa. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano V, n. 1076, p.2, 9 de julho de 1953.

CONDENADO Getúlio no tribunal da Opiniãã Pública. Tribuna da Imprensa. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano V, n. 1208, p.3, 12-13 de dezembro de 1953.

MANOBRA ou inocência? Tribuna da Imprensa. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, ano V, n. 1071, p.1, 3 de julho de 1953.

MOVIMENTO. Tribuna da Imprensa. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano V, n. 1099, p.3, 5 de agosto de 1953.

OU WAINER DIZ a verdade ou Castilho Cabral chama a polícia. Tribuna da Imprensa *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano V, n. 1072, p.2, 4-5 de julho de 1953.

OUTRA VEZ Capanema sabota o inquérito da “Última Hora *Última Hora*”. Tribuna da Imprensa *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano V, n. 1206, p.1, 10 dezembro 1953.

REQUERIDA AO SENADO pela Câmara a Inquirição de Chateaubriand!. Última Hora *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano III, n. 750, p.3, 21 de novembro de 1953.

SE NÃO É CÚMPLICE da ladroeira, deve o govêrno puni-la. Tribuna da Imprensa. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, ano V, n. 1096, 1-2 de agosto de 1953, p.1.

Submissão: 24 de ago. 2021

Aceite: 7 de mar. 2023.